
São Paulo - SP 30 de novembro de 2025

AUDILINK & CIA. AUDITORES

São Paulo - SP

Prezados Senhores,

*Carta de Responsabilidade da
Administração da Companhia Paulista de
Parcerias – CPP, referente às
demonstrações contábeis levantadas em
30/junho/25.*

Em conexão com seus exames de auditoria das demonstrações contábeis da **COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP**, referente ao período findo em 30 de junho de 2025, com o propósito de expressar uma opinião se esta demonstração representa, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas, referentes ao exercício findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, confirmaram que somos responsáveis pela adequada apresentação desta demonstração contábil.

Confirmamos, por meio desta carta, conforme nosso grau de conhecimento e convicção, as seguintes informações prestadas a V.Sas., no decorrer do seu exame:

- 1.** O sistema contábil e de controles internos adotados pela entidade no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao nosso tipo de atividade e volume de transações.
- 2.** Os princípios contábeis adotados e as práticas e métodos seguidos na sua

aplicação são aqueles divulgados nas demonstrações contábeis, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade- CFC e com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil- IBRACON, bem como com as práticas contábeis às quais estamos sujeitos, de acordo com as autoridades responsáveis por nossa atividade.

- 3.** As estimativas foram calculadas e contabilizadas com base em dados consistentes, efetuadas por nossa Administração, confirmadas por nossos assessores especializados, quando necessário, das quais nos responsabilizamos.
- 4.** Não são de nosso conhecimento fraudes ou irregularidades pendentes que envolvam a Administração ou os empregados, que possam ter efeito significativo sobre os sistemas de controles internos ou sobre as demonstrações contábeis. Responsabilizamos-nos pelos controles de monitoramento e pela prevenção e detecção de fraudes ou erros materiais.
- 5.** As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial foram contabilizados pela Entidade em 2009 e divulgados nas demonstrações contábeis daquele exercício. Os pronunciamentos e interpretações, que foram publicadas posteriormente e são obrigatórias para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2020, além outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, em convergência com as normas internacionais foram adotadas nas demonstrações contábeis da Entidade.
- 6.** Todos os livros, registros contábeis e documentação comprobatória foram colocados à disposição de V.Sas.
- 7.** Não há operações e transações financeiras que não estejam refletidas nas

demonstrações contábeis.

- 8.** Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Entidade.
- 9.** A Companhia Paulista de Parcerias – CPP não possui contratação direta de apólice de seguros em seu nome cujo objeto segurado seja o imóvel que ocupa. A ocupação do espaço físico, a utilização das áreas comuns e o rateio proporcional das despesas relacionadas ao imóvel decorrem do Termo de Compartilhamento firmado com a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI.
- 10.** Os ativos de curto prazo, longo prazo e permanente, quando aplicáveis, foram provisionados ao seu valor provável de realização ou de recuperação e foi efetuada a respectiva segregação de curto e longo prazo.
- 11.** Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 12.** Não há perdas significativas, como provisões para realização de ativos, imobilizado, estoques obsoletos, compromissos de compra e venda ou outros compromissos que não estejam adequadamente registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.
- 13.** Não há autos de infração ou notificações de autoridades fiscais ou de outras autoridades, nem descumprimento ou possíveis descumprimentos de leis ou regulamentos, cujas consequências devam ser consideradas para divulgação nas demonstrações contábeis ou como base para registro de passivos contingentes, bem como não há outros passivos ou ganhos ou passivos contingentes que devam ser contabilizados ou divulgados.

- 14.** Não há qualquer trabalho sendo executado por órgãos reguladores que possa afetar as demonstrações contábeis.
- 15.** A Entidade possui documentação e títulos de propriedade para os seus bens e ativos.
- 16.** Todas as garantias foram devidamente divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como ônus ou gravames sobre os nossos bens e ativos.
- 17.** A Entidade tem cumprido todas as suas obrigações contratuais, assim como de compra e venda ou outros compromissos que teriam efeito significativo sobre as demonstrações contábeis. Em caso de descumprimento, eles foram devidamente registrados e divulgados.
- 18.** Os seguintes itens, por não existirem, não foram registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis:
- 18.1.** Acordos de reciprocidade com instituições financeiras, outros negócios que envolvam restrições de disponibilidades e linhas de crédito ou acordos semelhantes, bem como acordos para recompra de ativos anteriormente vendidos.
- 18.2.** Violações de leis ou regulamentos, cujos efeitos devam ser considerados para revelação nas demonstrações contábeis ou considerados como base para registro de perda contingente.
- 18.3.** Outras exigibilidades contingentes de valores relevantes para as quais haja necessidade de uma revelação, mesmo quando não contabilizadas, quando exista, no mínimo, uma possibilidade razoável de que um prejuízo adicional ocorra, bem como outros passivos relevantes, cujos valores possam ser razoavelmente estimados.
- 19.** Não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a

administração ou seus empregados graduados.

- 20.** Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração ou outros empregados que possuem cargos relevantes na estrutura de controles internos para fins de elaboração e apresentação das informações financeiras. Adicionalmente, não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo outros empregados em que a fraude poderia acarretar um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Não temos conhecimento de qualquer alegação de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude (independentemente da fonte ou forma e incluindo, sem limitação, quaisquer alegações por denúncias) que poderiam resultar em distorções nas demonstrações financeiras ou de alguma forma afetar a elaboração e apresentação das informações financeiras da entidade.
- 21.** Temos ciência de que a Audilink pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) situações que possam constituir indícios de “lavagem” de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao COAF, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional a que vossa senhoria

está sujeita no exercício das suas atividades profissionais.

- 22.** Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis no 9.613/98 e 12.683/2012 ocorridas até essa data.
- 23.** Confirmamos que temos conhecimento sobre a Lei 12.846 (Lei Anti-corrupção), em vigor a partir de 29/01/2014, e nossa responsabilidade administrativa e civil como pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e nossa responsabilidade na implementação de controles internos para mitigar eventuais riscos.
- 24.** Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis que requeressem ajustes àquelas demonstrações ou divulgações nas notas explicativas que as acompanham.
- 25.** As demonstrações contábeis, objeto de seus exames, devidamente registradas em nossos livros fiscais e comerciais, podem ser assim identificadas:

junho/2025	Em R\$
Total do ativo	2.084.803.167
Total do ativo circulante	562.012.699
Total do Realizável a Longo Prazo	1.522.727.037
Total do imobilizado	63.431
Total do Intangível	-
Total do passivo	2.084.803.167
Total do passivo circulante	66.483.947
Total do passivo não circulante	-
Total do Patrimônio Líquido	2.018.319.220

- 26.** Confirmamos que a Entidade não efetuou transações com pessoas vinculadas no exercício para efeitos da aplicação da legislação sobre preços de transferência, descrita na Lei nº 9430/96.
- 27.** Exceto quanto as operações efetuadas pela entidade que decorrem de transações, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, e divulgadas nas demonstrações contábeis, não existem transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que influenciaram o resultado desse exercício, que não guardem relações estritamente comutativas, que não as registradas e divulgadas nas demonstrações contábeis.
- 28.** Todos os *softwares* existentes na empresa têm o respectivo certificado de origem, e, portanto, estão de acordo com a legislação pertinente.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA:28083034835
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=01579286000174, ou=presencial, cn=RENATO VIEIRA PITA:28083034835
Dados: 2026.01.13 17:35:09 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.20997

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

EDGARD BENOZATTI NETO:3915778855

Assinado de forma digital por EDGARD BENOZATTI NETO:39157788855
Dados: 2026.01.14 14:16:19 -03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO

DIRETOR

CPF: 391.577.888-55

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, os resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as respectivas notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informações comparativas


Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de fevereiro de 2025, sem modificação na opinião. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2024 anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de setembro de 2024, também sem modificação na opinião.

São Paulo, 05 de setembro de 2025.

ROBERTO
CALDAS

BIANCHESSI:
38051745000


Assinado de forma
digital por
ROBERTO CALDAS
BIANCHESSI:38051
745000
Dados: 2026.01.15
11:16:08 -03'00'



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)


	N. Expl.	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Receita Operacional Líquida	16	42.437.060	3.076.867
Custo dos Serviços Prestados	16.1	(41.715.164)	(1.666.264)
Lucro (Prejuízo) Bruto		<u>721.896</u>	<u>1.410.603</u>
Honorários de administradores e salários	17	(1.817.661)	(2.230.132)
Publicação Legal		(218.248)	(144.505)
Serviços de terceiros	18	(165.161)	(146.148)
Despesas Gerais e Administrativas		(213.932)	(123.415)
Despesas Tributárias	19	(13.833)	(9.619)
Depreciação		(3.281)	(1.079)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(1.710.220)</u>	<u>(1.244.295)</u>
Receitas financeiras		130.117.569	108.097.050
Despesas Financeiras		(6.067.993)	(5.045.623)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		7.552	4.834
Resultado Financeiro, líquido	20	<u>124.057.128</u>	<u>103.056.261</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>122.346.908</u>	<u>101.811.966</u>
Imposto de Renda		(9.570.156)	(9.998.715)
Contribuição Social sobre o Lucro	21	(3.449.576)	(3.603.858)
Apuração de Tributos		<u>(13.019.732)</u>	<u>(13.602.573)</u>
LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO		<u>109.327.176</u>	<u>88.209.393</u>
LUCRO LIQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		<u>71,01</u>	<u>57,29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA:28083034835
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(EM BRANCO),
ou=01579286000174, ou=presencial,
cn=RENATO VIEIRA
PITA:28083034835
Dados: 2026.01.13 17:37:25 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20997

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



**EDGARD
BENOZATTI
NETO:39157788855**

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55

Assinado de forma digital por
EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2026.01.14 14:14:54
-03'00'



companhia paulista

DE PARCERIAS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 30 DE JUNHO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		109.327.176	88.209.393
Ajustes por :			
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	11.2	(281.214.722)	(60.461.210)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	7	-	(26.171)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais	10	(157.271)	(130.148)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		20.613	15.165
Depreciação	12	3.281	1.079
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		(172.020.923)	27.608.108
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber		(6.834.048)	(355.436)
(Aumento) Redução em Recebíveis	7	2.813.556	9.116.572
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(42.855)	(21.049)
(Aumento) Redução em Adiantamento a Terceiros		(20.267)	-
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos	8	(16.554.598)	(6.794.490)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		102.756	55.000
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	1.996.162	(12.730.534)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	11.2	31.636.377	9.127.133
Aumento (Redução) em Fornecedores		(1.284.262)	4.182.500
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(25.925)	(72.957)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	13	7.470.662	13.659.965
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		800.537	632.623
		<u>20.058.095</u>	<u>16.799.327</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(151.962.828)	44.407.435
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado	12	(46.424)	(349)
Baixa de Investimentos		-	24.500
Pagamento de Dividendos	14	(169.804.967)	(188.967.896)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(169.851.391)	(188.943.745)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(321.814.218)	(144.536.310)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	749.683.908	893.622.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		427.869.690	749.085.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA.28083034835
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB-e-CPF AS, ou=SEM-BRANCO, ou=01579286000174, ou=presencial, cn=RENATO VIEIRA PITA.28083034835
Dados: 2026.01.13 17:25:43 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.20997

EDGARD BENOZATTI NETO:39157788855

Assinado de forma digital por EDGARD BENOZATTI NETO:39157788855
Dados: 2026.01.14 14:15:12 -03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55



companhia paulista
DE PARCERIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

N. Expl.	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024	1.539.619.815	109.142.700	354.260.171	-	2.003.022.686
Lucro líquido do período				88.209.393	88.209.393
Distribuição de lucros de 2023			(53.044.163)		(53.044.163)
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14			(62.441.725)	(62.441.725)
Transferência para Reserva de Lucros			25.767.668	(25.767.668)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	1.539.619.815	109.142.700	326.983.676	-	1.975.746.191
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025	1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	34.112.346	1.993.027.973
Lucro líquido do período				109.327.176	109.327.176
Constituição de Reserva Legal					
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14			(84.035.929)	(84.035.929)
Transferência para Reserva de Lucros					
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	59.403.593	2.018.319.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA
PITA:2680254672
DN: c=BR, o=CP, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil, ou=RF, ou=SP, ou=CP,
AL, ou=(SEM BRANCO), ou=0157262600174,
ou=gerenciais, ou=RENTO VIEIRA
PITA:2680254672
Dados: 2026.01.14 13:36:13 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20897

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

Assinado de forma digital por
EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2026.01.14 14:15:32 -03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>109.327.176</u>	<u>88.209.393</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>109.327.176</u>	<u>88.209.393</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA:28083034835
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=01579286000174, ou=presencial, cn=RENATO VIEIRA PITA:28083034835
Dados: 2026.01.13 17:36:56 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.20997

EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55

Assinado de forma digital por EDGARD BENOZATTI NETO:39157788855
Dados: 2026.01.14 14:15:53 -03'00'

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07), pela Lei Federal nº 13.303/16 e pela Lei Estadual nº 11.688/04.

Para consecução de seus objetivos, a legislação faculta à CPP diversas possibilidades operacionais, incluindo a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, participação em operações financeiras, prestação de garantias, entre outras formas de apoio à Administração Pública. A Lei Estadual nº 17.293/2020 também autorizou a cessão de direitos creditórios à Companhia.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais).

Adicionalmente, foram observadas as normas e orientações emitidas pelo **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, em especial os **Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC**. Esses pronunciamentos foram desenvolvidos a partir das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assegurando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais.

2.1. Base de preparação:

2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em unidades de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 e alterações posteriores. O referido

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Pronunciamento foi elaborado a partir do **IAS 7 – Statement of Cash Flows**, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de forma que sua aplicação no Brasil está em convergência com as normas internacionais de contabilidade.

Os termos utilizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa são definidos da seguinte forma:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia, bem como a outras atividades que não se enquadram como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: correspondem às adições e baixas de ativos não circulantes, além de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: englobam as transações que resultam em mudanças na composição do patrimônio, empréstimos e financiamentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Esta nota apresenta as principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, com o propósito de assegurar transparência, uniformidade e comparabilidade das informações financeiras divulgadas, em conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na legislação societária brasileira, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme aplicáveis às empresas estatais não dependentes.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, contemplando todas as receitas, custos e despesas incorridos no período, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.2. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou exigibilidade ocorrer em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Aqueles cuja realização ou exigibilidade ocorrer em prazo superior a 12 meses são classificados como não circulantes.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados conforme sua classificação: ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.5. Gastos com Contratos e Investimentos

Os gastos diretamente relacionados à estruturação, elaboração ou acompanhamento de contratos vinculados a projetos são capitalizados quando atendem aos critérios de ativo, especialmente quando associados à geração de benefícios econômicos futuros. Demais gastos de natureza operacional ou administrativa são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que forem incorridos.

3.6. Créditos Tributários

Compreendem valores a recuperar de tributos retidos ou pagos a maior, tais como IRRF, CSLL, PIS e COFINS. Os créditos são registrados quando há expectativa de sua realização mediante compensação ou restituição.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, conforme especificado por tipo de ativo.

3.8. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, cuja liquidação seja considerada provável e possa resultar em saída de recursos, desde que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são, portanto, passivos de prazo ou de valor incertos.

Ativos e passivos contingentes não são registrados nas demonstrações contábeis. Os passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas sempre que houver possibilidade de perda. Já os ativos contingentes são divulgados apenas quando a realização de benefícios econômicos futuros se tornar provável.

3.9. Receita de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas conforme o estágio de execução dos contratos, com base em medições físicas ou financeiras realizadas, de acordo com o regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

3.10. Custos de Serviços Prestados

Compreendem os custos diretamente atribuíveis à prestação de serviços, incluindo gastos com pessoal alocado por projeto, encargos e despesas operacionais vinculadas à execução contratual.

3.11. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil dos seus ativos para verificar a existência de perdas não recuperáveis. Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização.

3.12. Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados, tais como assistência médica, vales e auxílios, são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego.

3.13. Eventos Subsequentes

Eventos ocorridos após a data das demonstrações contábeis que fornecem evidências adicionais sobre condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações. Eventos que indicam condições surgidas após essa data são divulgados em nota explicativa, quando relevantes.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados, para fins de mensuração e divulgação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em:

- Valor Justo por Resultado (VJR)
- Custo Amortizado
- Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A mensuração ocorre com base no objetivo de negócio da Companhia em relação à gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os passivos financeiros são, em sua totalidade, mensurados ao **custo amortizado**.

Os valores registrados aproximam-se de seus respectivos valores de mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tabela 1 - Instrumentos Financeiros

Descrição	Classificação CPC 48	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	427.869.690	749.683.908
Serviços Prestados a Receber	VJ, Custo Amortizado	26.204.791	19.370.743
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	1.279.782	4.093.338
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	41.179.545	43.175.707
Investimentos - Participação Societária	Custo Amortizado, VJORA	80.538	80.538
Investimentos - Garantias Constituídas	VJR	1.518.663.787	1.269.085.443
		2.015.278.132	2.085.489.677
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	110.100	136.025
Fornecedores	Custo Amortizado	2.186.110	3.470.373
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	49.923.583	135.692.620
		52.219.792	139.299.018

5. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em fundos com liquidez imediata e depósitos a prazo, com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Essas aplicações são registradas ao valor justo, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de encerramento do período.

A composição das aplicações financeiras em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

Tabela 2 - Caixa e Equivalência de Caixa

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Bancos	405.567	344
Aplicações Financeiras	427.464.123	749.683.564
CPP Projetos	387.181.845	710.636.903
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	40.282.278	39.046.661
Total	427.869.690	749.683.908

6. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos registrados como contas a receber referem-se exclusivamente às operações de prestação de serviços realizadas pela Companhia, decorrentes de contratos firmados com a **Secretaria de Parcerias em Investimentos**, no âmbito de projetos de estruturação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Os valores são reconhecidos pelo **regime de competência**, registrados pelo valor nominal das contraprestações pactuadas.

Tabela 3 – Créditos a Receber

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Serviços Prestados a Receber	26.204.791	19.370.743

7. CESSÃO DE RECEBÍVEIS – DESENVOLVE SP

A Companhia mantém saldo a receber decorrente de contrato de cessão onerosa firmado em 25 de junho de 2021 com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, parte relacionada. O contrato envolveu a transferência irrevogável e irreatável de créditos originados de financiamentos celebrados com municípios paulistas, sem coobrigação da Companhia.

Os contratos cedidos são garantidos por repasses do ICMS pertencentes aos municípios, transferidos regularmente pelo Governo do Estado de São Paulo.

A liquidação financeira da cessão ocorreu em 12 de julho de 2021, no valor de R\$ 78.824.614,00. A movimentação dos recebíveis entre 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025 está apresentada a seguir:

Tabela 4 - Cessão de Recebíveis – Desenvolve SP

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2024	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 30/06/2025
Curto Prazo	3.698.766	(2.906.916)	93.360	33.107	918.318
Longo Prazo	394.572	-		(33.107)	361.464
Total da Carteira	4.093.338	(2.906.916)	93.360	-	1.279.782

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos tributários da Companhia referem-se a valores de IRPJ, CSLL e outros tributos passíveis de compensação ou restituição junto à Receita Federal. Esses créditos incluem estimativas não compensadas de exercícios anteriores e do exercício corrente, bem como valores a restituir devidamente reconhecidos.

A composição dos saldos em 30 de junho de 2025, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2024, é apresentada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tabela 5 - Impostos e Contribuições a Recuperar

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a restituir	20.984.842	20.470.596
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	132.667	132.667
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	1.723.674	11.096.946
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	16.700.626	16.673.389
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	836.271	787.005
Outros Valores a Recuperar	25.338.826	1.705
Total	65.716.906	49.162.308

9. GASTOS COM CONTRATOS – SERVIÇOS EM ANDAMENTO

A Companhia atua na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas, atividade que demanda a contratação de serviços especializados e a utilização de equipe própria, com rateio de custos com base nas horas dedicadas a cada projeto. Os valores incorridos diretamente relacionados à execução dos contratos permanecem registrados no ativo "**Gastos com Contratos - Serviços em Andamento**", sendo apropriados ao resultado de acordo com o faturamento dos projetos, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A seguir, apresenta-se a posição contábil dos serviços em andamento:

Tabela 6 - Gastos com Contratos – Serviços em Andamento

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 31/12/2024
Ressarcimento dos Produtos Executados	35.606.359	37.935.391
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	5.573.186	5.240.316
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	41.179.545	43.175.707

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182, movida pela União Federal, referente à cobrança dos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ., acrescidos de encargos legais.

A exigência tem origem em compensações não homologadas de créditos tributários relativas ao saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2009. Para defesa de seus direitos, a Companhia ingressou com ação anulatória de crédito tributário, alegando que os valores exigidos foram devidamente quitados.

Como garantia da execução fiscal, foram realizados depósitos judiciais em 31 de maio de 2021, no valor total de R\$ 2.512.313, acrescidos de encargos legais, conforme detalhamento a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tabela 7 - Depósitos Judiciais

Descrição	Valor - R\$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313
Atualização monetária	1.108.935
Saldo Atualizado em 30/06/2025	3.621.248

Conforme avaliação da assessoria jurídica da Companhia:

- **A perda é considerada possível** quanto aos tributos **IRPJ e CSLL**;
- **A perda é considerada provável** em relação aos tributos **PIS e COFINS**, razão pela qual, desde 2021, foi constituída **provisão para contingências fiscais**.

O valor atualizado da provisão para contingência em 30 de junho de 2025 é de **R\$ 474.644**, refere-se à provisão constituída em 2021 para atender ao risco classificado como provável de perda em relação aos tributos **PIS e COFINS** no âmbito do processo judicial discutido com a União (Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182). O valor encontra-se atualizado conforme estimativas da equipe jurídica e permanece registrado enquanto perdurar a disputa judicial.

11. INVESTIMENTOS

11.1. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de junho de 2025, a Companhia detinha participações societárias em empresas controladas ou coligadas do setor público estadual, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 8 8- Investimentos Participação Societária

Descrição	Quant. de ações	30/06/2025
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000
Total de Investimentos	20.590	80.538

As participações detidas representam **percentuais inferiores a 2%** do capital social das respectivas investidas. Dado o caráter não relevante dessas participações e a ausência de influência significativa, **não há exigência de aplicação do método da equivalência patrimonial**, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis às companhias abertas e sociedades de economia mista.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tais investimentos são classificados como **ativos não circulantes – investimentos**, e estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

11.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM GARANTIA – GARANTIAS CONSTITUIDAS

Em conformidade com as disposições estatutárias, que autorizam a Companhia a prestar garantias reais e fidejussórias, apresenta-se a seguir o demonstrativo das garantias constituídas até 30 de junho de 2025:

Tabela 9 - Garantias Constituídas

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações						
Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Ref.	Saldo inicial em 31/12/2024	Novas garantias empenhadas/	Rendimento	IR fonte	Saldo final em 30/06/2025
Fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	11.2.1	504.788.433	-	32.212.540	(4.624.502)	532.376.471
PPP Habitação Lote 1	11.2.2	77.281.376	-	4.734.022	(4.805.848)	77.209.550
Contrato Hospital São José dos Campos	11.2.3	46.077.615	-	2.771.463	(4.163.295)	44.685.784
Contrato Hospital Sorocaba	11.2.4	56.313.431	-	3.387.124	(5.088.142)	54.612.413
Contrato Hospital Pérola Byington	11.2.5	65.688.686	-	3.927.394	(6.458.551)	63.157.530
PPP da RMBS - ônibus + VLT	11.2.6	26.850.984	-	1.713.467	(245.989)	28.318.462
Contrato Rodoanel (Norte)	11.2.7	412.124.967	-	26.299.319	(3.775.587)	434.648.699
Contrato Litoral Paulista	11.2.8	-	193.909.751	6.897.408	(1.729.295)	199.077.864
		1.189.125.492	193.909.751	81.942.738	(30.891.209)	1.434.086.772
Fundo BB RF CPP LP FIC						
Contrato BNDES	11.2.9	79.959.950	-	5.362.233	(745.168)	84.577.015
Total de recursos vinculados		1.269.085.443	193.909.751	87.304.971	(31.636.377)	1.518.663.787

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor das garantias no referido fundo encontra-se registrado no ativo da companhia, em conta específica, evidenciando que os recursos estão segregados e destinados exclusivamente ao atendimento das obrigações dos contratos de PPP e demais operações.

11.2.1. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo**, do Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013 de dezembro de 2013.

11.2.2. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo (**PPP da Habitação Lote 1**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH Nº 001/2015 de março de 2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

11.2.3., 11.2.4. e 11.2.5. Garantias constituídas com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos Complexos Hospitalares (Lote 01: **Hospital Estadual de Sorocaba** e Lote 02: **Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM**), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014, datados de setembro de 2014.

11.2.6. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM – da Baixada Santista**), estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM Nº 02/2015, em março de 2015.

11.2.7. Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, assinou contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente.

11.2.8. Em 07 de outubro de 2024 o Estado de São Paulo, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, para executar serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da malha rodoviária composta pelo Sistema Rodoviário do Lote **Litoral Paulista**. Em março de 2025 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente.

11.2.9. O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo:

A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

11.3. Garantias Constituídas Sob Outras Modalidades

11.3.1. PPP dos Trens da CPTM:

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Linha 8 – Diamante da CPTM. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R\$ 131,28 milhões (valor corrigido pela inflação de acordo com o índice IPC-FIPE, na data base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento Nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 – Coral da CPTM.

12. IMOBILIZADO

A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, depreciação acumulada e saldo líquido:

Tabela 10 - Imobilizado					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Custo					
Móveis e Utensílios	15.903	19.689	-	-	35.592
Equipamentos de Informática	3.349	26.735	-	-	30.084
Máquinas e Equipamentos	7.340	-	-	-	7.340
Total Custo de Aquisição	26.592	46.424	-	-	73.016
Depreciação Acumulada					
Móveis e Utensílios	(1.723)	(959)	-	-	(2.683)
Equipamentos de Informática	(3.058)	(1.984)	-	-	(5.042)
Máquinas e Equipamentos	(1.522)	(338)	-	-	(1.860)
Total Depreciação Acumulada	(6.303)	(3.281)	-	-	(9.585)
Líquido	20.289	43.143	-	-	63.431

No período, houve **adições de R\$ 26.735** em equipamentos de informática, destinados à modernização da infraestrutura tecnológica da Companhia, e de **R\$19.689** em móveis e utensílios, adquiridos para melhoria das condições operacionais de trabalho.

A **depreciação acumulada** foi atualizada em **R\$ 3.281**, conforme as taxas praticadas com base na vida útil estimada dos bens. Não foram registradas baixas ou transferências de ativos no trimestre.

O **saldo líquido do imobilizado** em 30 de junho de 2025 totaliza **R\$ 63.431**, frente aos **R\$ 20.289** registrados em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias totalizaram **R\$ 11.533.999** em 30 de junho de 2025 (**R\$ 4.063.337** em 31 de dezembro de 2024). Esse aumento decorre principalmente do acréscimo de tributos incidentes sobre receitas prestadas no período, ainda não recolhidos.

A seguir, a composição detalhada das obrigações tributárias por tipo de tributo:

Tabela 9 - Obrigações Tributárias

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
IRRF sobre folha de pagamento	408.971	335.987
PIS a recolher	592.957	451.474
COFINS a recolher	2.946.334	2.259.170
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	744	337
ISS a Recolher	1.375.267	1.016.369
IRPJ a Pagar	2.760.150	-
CSLL a Pagar	3.449.576	-
Total	11.533.999	4.063.337

14. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de **Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)** a pagar em 30 de junho de 2025 é de **R\$ 49.923.582**.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$ 178.742.070,14, da seguinte forma:

1. Constituição de reserva legal: R\$ 8.937.193,51;
2. Distribuição de R\$ 169.804.967 ao acionista único, sendo:
 - R\$ 42.451.242 referentes aos dividendos obrigatórios, pagos na forma de JCP;
 - R\$ 127.353.725 como dividendos adicionais, sendo R\$ 93.241.378,17 em JCP;
 - R\$ 34.112.347 como dividendos em espécie.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

O pagamento foi efetuado em maio de 2025, conforme demonstra a movimentação abaixo:

Tabela 10 - Juros sobre Capital Próprio	
Descrição	VALOR
Saldo em 31 de dezembro de 2024	135.692.620
JCP exercício / AGOE 28/04/2025	(169.804.967)
Obrigações constituídas no período	84.035.930
Saldo em 30 de junho de 2025	49.923.583

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou **R\$ 2.018.319.220** (R\$ 1.993.027.973 em 31 de dezembro de 2024), composto pelas seguintes rubricas:

15.1. Capital Social, Participação Acionária e Capital Autorizado

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Companhia era de **R\$ 1.539.619.815**, totalmente subscrito e integralizado, representado por **1.539.619.815 ações ordinárias nominativas**, todas de titularidade do Estado de São Paulo, seu único acionista.

O Estatuto Social previa capital autorizado no montante de **R\$ 2.263.840.482**, valor que foi ampliado para **R\$ 5.560.483.250**, conforme deliberação dos Conselhos de Administração e Fiscal, realizada em março de 2025. A alteração estatutária tem por objetivo assegurar a continuidade e possibilitar a expansão dos projetos conduzidos pela Companhia.

15.2. Reserva Legal

Constituída pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Reserva Legal manteve-se em **R\$ 118.079.803** em 30 de junho de 2025, sem alterações em relação a 31 de dezembro de 2024.

15.3. Reserva de Lucro a Realizar

As reservas de lucros são formadas conforme deliberação do acionista, nos termos do §4º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e, desde 21 de março de 2018, têm destinação prioritária à cobertura de obrigações vinculadas a contratos de PPP.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias.

Em 30 de junho de 2025, totalizavam **R\$ 301.216.009**, correspondentes à Reserva de Lucros a Realizar.

15.4. Lucros Acumulados

Em **30 de junho de 2025**, o **lucro acumulado** do período apresenta o saldo de **R\$ 59.403.593**.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da Companhia decorrem dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023, SPI 025/2024 e SPI 07/2025, cujas obrigações são reconhecidas em ponto no tempo, ou seja, após a aceitação formal dos produtos contratados pelo contratante.

Até 30 de junho de 2025, as receitas de prestação de serviços e demais receitas contratuais, conciliadas com a demonstração do resultado do período e deduzidas dos tributos incidentes (PIS, COFINS e ISS), totalizaram **R\$ 42.437.060**, ante **R\$ 3.076.867** acumulados até **30 de junho de 2024**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 11 - Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 30/06/2024
Receita Bruta de Venda de Serviços	49.489.283	3.576.911
ISS	(2.474.464)	(178.846)
PIS	(816.573)	(49.459)
Cofins	(3.761.186)	(271.740)
(-) tributos sobre as receitas de serviços (PIS, Cofins e ISS)	(7.052.223)	(500.044)
Receita Líquida de Serviços	42.437.060	3.076.867

16.1. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados refletem os valores incorridos na execução dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023 e SPI 025/2024, em conformidade com os critérios de alocação descritos na Nota 9.

No período acumulado até 30 de junho de 2025, os custos totais registrados totalizaram **R\$ 41.715.164**, ante **R\$ 1.666.264** acumulados até **30 de junho de 2024**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tabela 12 - Custos dos Serviços Prestados

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Execução Contratual	Execução Contratual
	Faturamento acumulado até o 2º trimestre (jan-jun/2025)	Faturamento acumulado até o 2º trimestre (jan-jun/2024)
Ressarcimento dos Produtos Executados	37.591.816	578.000
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	4.123.348	1.088.264
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	41.715.164	1.666.264

Tais custos representam os dispêndios diretamente atribuíveis às atividades executadas no período, incluindo a remuneração de pessoal próprio alocado, bem como a contratação de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação e desenvolvimento de projetos.

17. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

As despesas com pessoal, incluindo salários, encargos e honorários da administração, totalizaram **R\$ 1.817.661** no período acumulado até **30 de junho de 2025**, ante **R\$ 2.230.131** acumulados até **30 de junho de 2024**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 13 - Honorários e Salários

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
<u>Pessoal-Chave da Administração</u>		
Honorários de diretoria	487.602	610.278
Bônus prêmio eventual - diretoria	592.361	592.361
Honorários de conselho de administração	449.191	320.864
Encargos sociais proporcionais	244.766	367.310
Honorários do Pessoal Chave da Administração	1.773.920	1.890.813
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	256.690	217.199
Empregados celetistas e encargos sociais	3.866.376	2.863.933
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	376.892	293.043
Demais rubricas de despesas com pessoal	4.499.958	3.374.175
Alocações para Gastos com Contratos - Serv. Andamento	(4.456.218)	(3.034.857)
Total de Honorários de administradores e salários	1.817.661	2.230.131

Os valores incluem remunerações de pessoal próprio, benefícios e encargos sociais, bem como os honorários dos membros da administração. Parcela desses dispêndios é alocada aos "Gastos com Contratos – Serviços em Andamento", de acordo com os critérios de rateio e vinculação direta aos projetos, sendo apropriada ao resultado como custo quando do faturamento dos respectivos serviços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram **R\$ 597.341** no trimestre encerrado em **30 de junho de 2025**, ante **R\$ 414.068** no mesmo período de **2024**, compostas conforme a seguir:

Tabela 14 - Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Publicações legais	218.248	144.505
Serviços de terceiros	165.161	146.148
Demais despesas gerais e administrativas	213.932	123.415
Total	597.341	414.068

- **Publicações legais:** correspondem às despesas com divulgações obrigatórias de atos societários e informações exigidas por lei.
- **Serviços de terceiros:** incluem serviços contábeis, auditoria e consultorias técnicas especializadas.
- **Demais despesas gerais e administrativas:** abrangem gastos com seguros, licenças de software, viagens, materiais de consumo e serviços auxiliares.

As variações observadas refletem o ritmo da execução orçamentária e as necessidades operacionais da Companhia, alinhadas ao planejamento institucional para o exercício.

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

No período acumulado até **30 de junho de 2025**, as despesas tributárias totalizaram **R\$ 13.833**, ante **R\$ 9.369** no mesmo período de **2024**, conforme detalhado a seguir.

Tabela 15 - Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Demais Impostos, Taxas e Contribuições	13.833	5.308
IOF	3.190	4.060
Total	17.024	9.369

O aumento verificado em relação ao mesmo período do exercício anterior decorre, principalmente, da elevação das despesas classificadas como "Demais Impostos, Taxas e Contribuições", que apresentaram crescimento significativo em 2025 quando comparadas às incidências registradas em 2024. Essa variação resulta do maior volume de despesas apuradas no período, em contraste com o exercício anterior, no qual os valores foram substancialmente inferiores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

20. RESULTADO FINANCEIRO

Período acumulado até **30 de junho de 2025**, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de **R\$ 124.057.128**, ante **R\$ 103.056.261** no mesmo período de **2024**. A composição é a seguinte:

Tabela 16 - Resultado Financeiro

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	127.138.336	105.197.078
Outras receitas financeiras	2.979.233	2.899.972
Total de receitas financeiras	130.117.569	108.097.050
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	7.552	4.834
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	7.552	4.834
Outras despesas financeiras	(23.837)	(15.178)
Impostos e Contribuições Receita Fianceira (PIS e Cofins)	(6.044.156)	(5.030.445)
Total de despesas financeiras	(6.067.993)	(5.045.623)
Resultado financeiro líquido	124.057.128	103.056.261

O aumento de 20,37 no resultado financeiro líquido em relação ao mesmo período de 2024 decorre, principalmente, da elevação dos rendimentos de aplicações financeiras e do reconhecimento de outras receitas financeiras no período acumulado até 30 de junho de 2025.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no período acumulado até 30 de junho de 2025 foi realizada com base no lucro contábil ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado fiscal, bem como a base de cálculo e os valores apurados, comparativamente ao mesmo período de 2024:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Tabela 17 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstração dos Fatos Geradores	Resultados em 30/06/2025			Resultados em 30/06/2024		
	Saldos	IRPJ	CSLL	Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	122.346.908			101.811.966		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	182.469			807.603		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	182.469			807.603		
Exclusões	(84.200.752)			(62.576.708)		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(84.200.752)			(62.576.708)		
Subtotal	38.328.626			40.042.861		
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo - resultado fiscal	38.328.626	9.570.156	3.449.576	40.042.861	(9.998.715)	(3.603.857)
Totais de apuração tributária	38.328.626	9.570.156	3.449.576	40.042.861	(9.998.715)	(3.603.857)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – RISCOS

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP adota uma política conservadora de investimentos e gerenciamento de riscos, compatível com sua natureza institucional e voltada à segurança dos recursos públicos.

A maior parte da receita da Companhia é de natureza financeira, proveniente de aplicações em fundos lastreados, principalmente, em títulos públicos federais, com baixo risco de crédito e mercado. Parte relevante desses ativos está vinculada a garantias de contratos de Parceria Público-Privada (PPP).

As reservas de lucros são constituídas com base no resultado, conforme deliberação do acionista. A gestão dos riscos de mercado, crédito e liquidez é feita de forma contínua, priorizando a segurança, a liquidez e a sustentabilidade financeira da Companhia.

23. ATIVIDADES OPERACIONAIS – CONTRATAÇÕES RELEVANTES

23.1 Em 16 de maio de 2025, a Companhia firmou contrato para a prestação de serviços especializados de apoio e elaboração de estudos técnicos, abrangendo a modelagem e estruturação de projetos integrantes do **Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo – PPI-SP.**

O objeto do contrato contempla, entre outros:

- a estruturação de projetos para a prestação regionalizada dos serviços de gestão de resíduos sólidos (**Programa Integra Resíduos**);
- a estruturação de projetos para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico e obras de resiliência hídrica (**Projeto Universaliza SP**);

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

- a delegação do transporte público coletivo semiurbano em regiões metropolitanas e não metropolitanas;
- a delegação dos serviços de gestão dos parques estaduais Morro do Diabo, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR e Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA;
- a concessão para construção, manutenção e operação da **Linha 16-Violeta do Metrô**;
- o apoio técnico na revisão dos estudos referentes à concessão dos serviços de remoção, guarda, liberação e leilão de veículos apreendidos pelo **DETRAN-SP**.

24. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e demais normas aplicáveis, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e nos regulamentos correlatos.

A elaboração destas demonstrações também observa as disposições legais e regulamentares do Estado de São Paulo, incluindo, quando aplicável, as determinações da Lei Estadual nº 11.688/2004, que disciplina, entre outros aspectos, a atuação da Companhia Paulista de Parcerias – CPP na estruturação de projetos e garantias no âmbito das Parcerias Público-Privadas e demais iniciativas do Estado de São Paulo.

A **Administração da Companhia** declara que:

- As demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia para o período apresentado;
- Todas as informações relevantes e necessárias à adequada interpretação das demonstrações contábeis foram devidamente evidenciadas;
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de forma diversa nas notas explicativas;
- A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade exclusiva da Administração, que adotou procedimentos e controles internos necessários para assegurar a fidedignidade e a integridade das informações;

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

- Os demonstrativos foram submetidos à auditoria independente, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujos relatórios acompanham estas demonstrações.



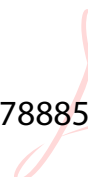
Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA:28083034835
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(EM BRANCO),
ou=01579286000174,
ou=presencial, cn=RENATO VIEIRA
PITA:28083034835
Dados: 2026.01.13 17:37:54 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20997

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

EDGARD
BENOZATTI
NETO:3915778885
5



Assinado de forma digital
por EDGARD BENOZATTI
NETO:3915778885
Dados: 2026.01.14
14:16:52 -03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO

DIRETOR PRESIDENTE

CPF: 391.577.888-55